



COOPERATIVISMO: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista

Eduardo Ernesto do Rêgo

Instituto Federal da Paraíba

Emilia Moreira

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente trabalho visa recuperar, de modo sucinto, a discussão teórico-conceitual do cooperativismo, onde discutimos esse fenômeno desde os autores adeptos do socialismo utópico, através da abordagem das principais idéias de dois importantes representantes dessa corrente, Robert Owen e Charles Fourier; passando pelos teóricos do socialismo marxista, onde tomamos por base as idéias defendidas por Karl Marx, Rosa de Luxemburgo e Karl Kautsky. E chegando a discussão travada pelos anarquistas, a exemplo dos teóricos, Proudhon, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin. Dessa forma o cooperativismo será aqui abordado em diferentes perspectivas, sendo que este resgate nos proporcionara um conhecimento maior das diferentes visões sobre o sentido do cooperativismo o que nos permitira compreender as contradições e semelhanças teóricas presentes no sistema cooperativo implantado no interior de formações sociais capitalistas como a nossa.

Palavras chave: Cooperativismo. Discussão teórica. Socialismo..

INTRODUÇÃO

Uma das questões que emerge no estudo do cooperativismo é a sua compreensão no mais das vezes equivocada na medida em que é confundida com a concepção de cooperação. Klaes (2005), por exemplo, confunde cooperação com cooperativismo quando defende a tese de que o cooperativismo é um movimento que remonta ao início da história da humanidade. Em outras palavras, ele já seria encontrado em sociedades

antigas e feudais, portanto se constituiria em algo muito antigo; e também seria algo natural na medida em que é encontrado até entre os animais.

Não se pode negar a existência de experiências cooperativas e associativas em períodos remotos, todavia, não se deve confundir manifestações de sociabilidade

próprias do homem enquanto um ser social com o sistema de cooperativa uma vez que o movimento cooperativista é “genuinamente moderno”, já o conceito de cooperação consiste na união mútua que possibilita aos seres o desenvolvimento de suas atividades de forma coletiva, aumentando a produtividade e os benefícios do grupo cooperado (BOGRADUS, 1964: p 12).

Nessa perspectiva Costa (2007: p. 58) comenta:

(...) não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Outros autores, embora admitam a existência do cooperativismo antes do século XIX afirmam que sua estruturação acha-se diretamente ligada ao movimento operário. É o caso de Namorando (2005) quando, ao referir-se ao código genético do cooperativismo, considera legítimo buscá-lo “na parte que o radica historicamente no movimento operário”. Nesse sentido ele afirma:

(...) essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes. E deixou-os através dos princípios de Rochdale. (...) Ora, na primeira versão dos princípios cooperativos está bem presente o enraizamento da cooperatividade no movimento operário, o qual, por essa via, continua a ser uma raiz viva da actualidade cooperativa. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda da cooperatividade (NAMORANDO, 2005: p.3-4).

Na verdade o cooperativismo surgiu entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, período marcado pelo agravamento do conflito entre capital e trabalho refletido nas miseráveis condições de vida da classe trabalhadora, em particular, da classe operária na Europa. É nesse momento que personagens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-

1865, Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópica, propuseram “um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa)” (PINHO, 1966 apud COSTA, 2007: p. 5). Buscamos aqui apresentar sucintamente a concepção de cooperativismo presente em duas vertentes teóricas baseadas no socialismo utópico, no anarquismo, e no marxismo visando com isto contribuir na análise da temática proposta.

O cooperativismo no pensamento utópico

O socialismo surge ainda na primeira metade do século XIX como resposta crítica à industrialização e às teorias que buscam justificá-la. Os socialistas utópicos assentavam suas argumentações na defesa do desenvolvimento de uma sociedade igualitária mais na perspectiva da ordem moral dos indivíduos do que na sua esfera econômica, acreditando que dessa forma se poderia romper com o individualismo propagado no modo de produção capitalista. Destacamos aqui as idéias de dois importantes representantes dessa corrente: Robert Owen e Charles Fourier.

Robert Owen e seu ideal de cooperativismo.

Robert Owen (1771-1858) foi um grande industrial e filantropo que realizou importantes ações no ramo industrial como a redução da jornada de trabalho dos operários que trabalhavam na sua fábrica e a promoção de uma série de ações que objetivavam a regeneração moral dos indivíduos bem como o aumento da auto-estima dos mesmos enquanto operários. Todas essas iniciativas praticadas por ele nessa empresa o induziram a se converter ao socialismo associacionista e cooperativista que acabou por fomentar o movimento operário para a prática concreta do cooperativismo.

Em 1830, Robert Owen embasado na teoria do valor-do-trabalho de Smith e Ricardo, que defendia o direito do trabalhador ao usufruto do seu trabalho, fundou uma bolsa de trocas onde cada produto tinha o seu valor estabelecido conforme as horas de trabalho necessárias para a sua confecção e onde o dinheiro era substituído por “bônus de trabalho”. Ele objetivava com a fundação dessa bolsa de trocas implantar paralelamente à economia capitalista um sistema que, ao seu ver, continha idéias

socialistas. Devido ao fato de Owen não ter conseguido por vários fatores obter muito sucesso com a fundação da bolsa de trocas, o mesmo abraçou o cooperativismo como uma proposta para combater a crise econômica e social que observava.

Owen defendia: a) a substituição de uma sociedade individualista por uma outra sociedade fundada sobre os pilares da associação; b) a liberdade de expressão, que levaria todos os indivíduos a expressar seus sentimentos sem o medo da coação; c) uma sociedade onde a concentração de riquezas e de poder fosse transformada em uma outra onde todos tivessem acesso a saúde, educação, moradia e aos demais meios relacionados à satisfação de suas necessidades.

Robert Owen considerava que o cooperativismo seria capaz de fazer com que os pobres, desempregados e miseráveis, pudessem obter meios de melhorar suas vidas e conseguir se inserir na sociedade como indivíduos dotados de potencialidades. É importante destacar que o socialismo roposto pelo owinismo pretendia transformar o capitalismo sem nenhum embate.

Fourier e seu modelo utópico de sociedade ideal.

Charles Fourier (1772-1837) foi um teórico da linha utópica francesa que realizou profundas críticas à sociedade industrial do seu período e à sociedade francesa em particular. Segundo ele a harmonia entre os indivíduos só seria possível quando esses fossem libertos de toda moral e censura e quando todas as paixões pudessem ser realizadas livremente, sem nenhuma repressão. Nessa sociedade o trabalho seria livre e os indivíduos tornar-se-iam cooperados de forma espontânea, sendo que cada um buscava o que lhe satisfizesse e procurava fazer o possível para ajudar o seu semelhante a se satisfazer. Conforme Pires (2004, p.84) para Fourier, “o regime salarial, fonte de injustiças, seria substituído pela livre associação e pelo jogo das paixões, base de uma economia do desejo e não mais do lucro”.

A marca maior dessa sociedade idealizada por Fourier era a associação entre as pessoas, onde toda a sociedade seria regida pelos princípios da liberdade e da vida compartilhada. Todos sem nenhuma distinção social deveriam ter acesso à cultura, à educação e às artes.

Segundo Pires (2004), na ótica de Fourier a chave para o sucesso da sociedade seria a vida comunitária, onde todos os indivíduos realizariam suas refeições e atividades culturais em coletividade, o trabalho doméstico e produtivo também seria dividido entre todos os membros do grupo que o realizariam sob a égide da satisfação mútua e da liberdade de expressão e de sentimentos. Fourier desprezava as idéias coletivistas e considerava que o talento individual poderia ser recompensado segundo um sistema complexo de “elos societários” chamados de falange. O agrupamento de falanges daria origem aos “falanstérios”¹ ou “edifícios societários com uma arquitetura adequada à diversidade de setores e trabalhos voltados para se produzir em harmonia”, onde “o homem estaria livre

¹ União da palavra falange e monastérios (Konder, 1998:12).

de contradições e plenamente integrado com a sociedade” (PAGOTTO, 2005: p. 5).

O cooperativismo no pensamento marxista

Neste item apresentamos as considerações e críticas ao cooperativismo presentes no pensamento marxista com base nas posições defendidas por Marx, Kautsky, Rosa de Luxemburgo e Trotsky.

Karl Marx e suas idéias relacionadas ao cooperativismo.

Karl Marx destacou a importância do movimento cooperativo e da implantação de empresas cooperativas criadas e geridas pelos trabalhadores. Comparando o sistema de cooperativa com as sociedades por ações ele chamou a atenção para o fato desta última, embora negando a antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual, continua “encerrada dentro das barreiras capitalistas; logo, em vez de superar o caráter privado da riqueza, as sociedades por ações dão-lhes apenas uma nova forma”². (MARTINS, 2000: p. 17). Já no que diz respeito às cooperativas operárias ele afirma que as mesmas:

(...) representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho (MARTINS, 2000: p. 17-18).

A importância dada ao cooperativismo também está presente nas “Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores” ocorrido em setembro de 1866 em Genebra. Nelas consta o reconhecimento do movimento cooperativo,

² Extrato de O Capital, livro III, Cap. XVI, III – A função do crédito na produção capitalista.

(...) como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de demonstrar na prática que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais (MARTINS, 2000).

No manifesto escrito por Marx e lançado no Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores ele afirma que:

[..] o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes[...]. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1983: p. 11).

Deste modo, Marx enfatiza que o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado eram apenas fases que antecederiam a implantação de uma nova forma de trabalho associado que teria no movimento cooperativista a sua concretização. Entretanto, ele não se posicionava favorável à formação de cooperativas por trabalhadores isolados, visto que ele observava a importância das organizações como uma forma ampliada capaz de emancipar a classe operária e não para beneficiar operários isolados. Ele ainda afirma que o cooperativismo não poderia ser praticado com subsídios do Estado ou de capitalistas particulares, uma vez que as cooperativas deveriam ser originadas e geridas pelos próprios operários com o objetivo de emancipar toda a classe operária. Dessa forma elas se constituiriam

em um instrumento de transição entre uma economia capitalista e sua transformação em um novo sistema, o socialismo.

Marx observava a formação das primeiras cooperativas como sendo elementos capazes de transformar uma sociedade pautada nos princípios capitalistas em uma sociedade onde uma economia socialista surgisse como alternativa a todo o processo de exploração e exclusão dos operários e da apropriação indevida de sua mão-de-obra excedente. Entretanto ele considerava que esse cooperativismo não poderia ser praticado de forma isolada, ou seja, limitado a exemplos específicos, devendo ser desenvolvido em uma escala cada vez mais ampliada e apoiada na ciência e na produção. Apenas dessa maneira as cooperativas poderiam ser uma importante ação contra o desigual e contraditório sistema capitalista.

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo (MARX, 1983: p.197).

Marx também considerava necessário a existência de uma rede de integração em escala global entre as várias cooperativas seguindo um plano político bem definido e organizado, porém tratando também os aspectos locais de cada nação.

Schmit (2005, apud Marx, 1983), considera ainda que o cooperativismo se situaria em uma fase superior ao sindicalismo, visto que esse último, seria caracterizado pelas reivindicações da classe operária junto ao Estado, e que ficaria apenas na esfera da discussão teórica. Em contrapartida o cooperativismo, se desenvolvido em uma rede global, poderia representar uma ação concreta capaz de abranger não só a esfera econômica, mas uma dimensão política no amplo significado teórico - prático, capaz de se lançar a uma jornada de expansão coordenada, que seria capaz de eliminar a divisão social do trabalho que se caracteriza como uma das condições primordiais para a manutenção do capitalismo enquanto sistema econômico.

Rosa de Luxemburgo e suas críticas ao cooperativismo.

Rosa de Luxemburgo considerava as cooperativas, principalmente as de produção, como “instituições de natureza híbrida” inseridas no modo de produção capitalista, uma pequena produção socializada pelos cooperados dentro do

complexo sistema de trocas, um ser que mesmo sendo híbrido é constituído por várias nuances contraditórias.

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força-de-trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999: p. 80-81)

Essas contradições têm como ponto inicial o fato de que no capitalismo, onde se estabelece a prática do cooperativismo, o que predomina e determina a produção de uma empresa, seja ela privada ou coletiva é a demanda e necessidades do mercado, ou seja, o mercado tem suas próprias leis que fazem com que uma empresa tenha que adaptar sua produtividade a essas leis.

Nesse contexto eis que surge uma grande contradição envolvendo os ideais cooperativistas, visto que mesmo numa cooperativa alguns dos operários cooperados passam a liderar as decisões e exercer um papel semelhante ao de um patrão capitalista, na medida em que para aumentar ou diminuir a produtividade eles necessitarão em alguns casos diminuir e em outros elevar a jornada de trabalho dos demais operários e empregar e demitir segundo as necessidades do mercado.

Nessa perspectiva é que se pode considerar que mesmo sendo uma cooperativa uma empresa de caráter coletivo, devido ao fato dessa empresa encontrar-se inserida no sistema capitalista e ser regulada pelas leis mercadológicas, muitas vezes essas cooperativas terão que fazer uso das estratégias que são realizadas pelas corporações capitalistas para conseguir manter-se em pleno funcionamento, sendo essa uma das principais contradições das cooperativas de produção.

Segundo Rosa de Luxemburgo:

Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força-de-trabalho segundo as necessidades do mercado ou

atirá-lo na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. (1999: p. 81).

Essa contradição citada leva a cooperativa a duas vertentes: em uma vertente podemos verificar que muitas dessas cooperativas acabam por optar forçadamente ou por vontade espontânea pelo retorno a uma empresa capitalista propriamente dita e não mais dispor da denominação de cooperativa; em uma outra vertente observa-se que os operários cooperados por não concordar que a cooperativa pratique as mesmas estratégias das empresas capitalistas acabam optando pela sua dissolução, o que teria sido a causa da dissolução ou transformação de muitas cooperativas de produção em todo o mundo e particularmente na Inglaterra (LUXEMBURGO, 1999).

Por todos esses motivos Rosa de Luxemburgo alega que apenas o desenvolvimento das cooperativas de produção não seria suficiente para o surgimento de uma economia socialista em escala global. Nessa perspectiva, mesmo tendo defendido a importância do cooperativismo como um dos meios de implantação do socialismo, ela faz muitas ressalvas ao mesmo. Inclusive reafirma a impossibilidade das cooperativas de produção sobreviverem de forma dissociada das cooperativas de consumo e sem adotar algumas medidas características do modo de produção pautado pelo capital. (LUXEMBURGO, 1999).

Karl Kautsky e sua visão do cooperativismo

Kautsky (1986) também considera o cooperativismo como uma solução para vários problemas encontrados pelos camponeses. Segundo ele a pequena propriedade agrícola pode ser incrementada pela implantação de cooperativas que passam a impulsionar o desenvolvimento econômico dos camponeses.

Entretanto ele enfatiza que o problema central no tocante a implantação do cooperativismo pelos camponeses diz respeito à resistência que esses têm em trabalhar em conjunto. Kautsky comenta que os camponeses têm internalizada uma visão individualista para a gestão de suas propriedades, visto que historicamente o camponês aprendeu a ser o único administrador de suas terras o que torna difícil o mesmo aceitar a idéia de gerir de forma coletiva essas propriedades por meio do cooperativismo.

Segundo Kautsky:

Não há meio em que as condições prévias para a organização de cooperativas se encontrem mais fracamente desenvolvidas do que entre os camponeses; suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzem ao mínimo o seu horizonte político, e roubam-lhe o tempo livre que a autogestão cooperativa exige (Kautsky, 1986: p.109).

Dessa forma, o que acontece é que o cooperativismo atende de forma ampla e substancial os grupos que conseguem melhor se organizar em sociedade e estes, segundo Kautsky são os grandes proprietários de terras, os quais possuem os mesmos objetivos e interesses. Desse modo, seria mais fácil construir uma ação coletiva voltada a atender os interesses dos grandes proprietários rurais do que os dos pequenos. Neste sentido, afirma Kautsky:

A formação de cooperativas é muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são muito menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais - próprios ou de empréstimo (KAUSTKY, 1980: p. 138).

Para Kautsky os camponeses só desfrutarão de resultados positivos e efetivos com o cooperativismo no caso das cooperativas de crédito, tendo em vista que estas, na visão de Kautsky, não trazem consigo os problemas que as cooperativas de pequenos agricultores têm demonstrado possuir. Dessa forma ele alega que:

Para os pequenos lavradores, tais instituições valem sobretudo na hipótese do **crédito pessoal**. Elas obtêm o que não obtém o camponês isolado, isto é, o crédito do grande capital urbano nas condições do capitalismo moderno. Se os empréstimos do camponês isolado são pouco vultosos para interessar o grande capital, os de toda uma sociedade exercem papel inteiramente diverso. E se o crédito a um cultivador que lhe é inteiramente desconhecido não oferece garantias a um banqueiro da cidade, o risco se lhe reduz ao mínimo no caso da solidariedade de muitos associados. Assim, graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos da sua exploração

que esse empréstimo torna praticáveis. (KAUTSKY, 1980: p. 138-139).

Chama a atenção ainda para o êxito obtido por algumas associações a exemplo da experiência da propriedade de Ralahine, na Irlanda, as implantadas pelas organizações comunistas da América do Norte nas comunidades de Amana, de Aurora e na colônia de Bishop Hill (KAUTSKY, 1980). Utiliza esses exemplos bem sucedidos de práticas do cooperativismo para afirmar ser esse um instrumento capaz de substituir o individualismo do modo de produção capitalista, por uma sociedade onde a classe camponesa possa também se inserir.

Nesse sentido, afirma Kautsky:

Nem todas as experiências foram bem sucedidas; as que foram, chegaram mesmo a servir de modelo à sociedade socialista. Essas tentativas provaram inegavelmente uma coisa: a produção coletiva é possível, como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social (1986: p.114).

Com essa afirmativa Kautsky quer provar que um modelo de cooperação coletiva pode ser extremamente viável, sendo que para isso é necessário construir os mecanismos apropriados para que ele possa trazer resultados satisfatórios, ele acreditava ainda que não seria através dos camponeses possuidores de terras, mas dos despossuídos, dos proletários, que se estabeleceriam as condições à constituição da grande produção cooperativa.

A contribuição do anarquismo para o desenvolvimento dos princípios cooperativistas

Os anarquistas observavam nos indivíduos uma capacidade infinita de desenvolver suas potencialidades individuais, e de usar essas particularidades em favor de todo o grupo, tendo em vista o fato de que o homem é observado como um ser que por natureza e por evolução da espécie, possui a característica e necessidade de viver em coletividade.

Segundo Costa (1988: p 160):

Todos os anarquistas concordam que o homem possui, por natureza, todos os atributos necessários para viver em liberdade e concordância social. Não acreditam que o homem seja bom por natureza, mas estão convencidos de que o seja por natureza social.

Em linhas gerais, a sociedade defendida pelos anarquistas, diferente dos socialistas utópicos a exemplo de Fourier, não seria necessariamente uma sociedade perfeita, uma vez que para os anarquistas toda sociedade que fosse perfeita deixaria de evoluir. Seria, dessa forma, uma sociedade onde os homens viveriam sem a imposição do Estado e seus conjuntos de leis reguladoras, seria uma sociedade pautada em um bem coletivo onde o homem se tornaria um produtor natural em sociedade. Os anarquistas também não viam como os marxistas, a necessidade de uma tomada de poder para a classe operária, até porque almejavam destruir todas as formas de imposição da ordem, para a construção de uma sociedade livre do julgo da imposição, da hierarquia de classe e do poder político materializado na figura do Estado.

Conforme Woodcock (1975: p 27):

Os anarquistas sempre repreendiam a ação política, afirmando que a máquina do estado não deve ser tomada, mais abolida: que a revolução social não deve levar a ditadura de qualquer classe, mesmo do proletariado, mais a abolição de todas as classes.

Proudhon e o seu individualismo social

Pierre-Joseph Proudhon (1808-1865), era de origem francesa e atingiu a notoriedade no movimento anarquista por valorizar o indivíduo como um ser que não podia viver isolado dos demais. Uma das características mais marcantes de Proudhon é a valorização por ele defendida da liberdade individual dos seres humanos, sendo essa liberdade um processo natural do desenvolvimento e evolução da sociedade humana

pelo espaço geográfico. Ele imaginava que o ser humano para poder ser coletivo necessitava ter sua liberdade garantida, só a partir daí é que ele poderia de fato passar a conviver com os demais membros do seu grupo, sem a opressão e lapidação do seu modo de viver (COSTA, 1988).

Proudhon também se destacou por suas idéias direcionadas para a justiça. Nesse contexto ele afirmava ser um mal a acumulação de riquezas, sendo ele um defensor de uma sociedade igualitária onde os indivíduos não deveriam acumular mais do que o necessário para a sua sobrevivência. Ele afirmava nessa perspectiva que o homem não deveria viver apenas para o trabalho, e que deveria também realizar outras atividades eminentes ao seu ser como, por exemplo, encontrar um amor e praticar uma vida pautada na comunhão e na justiça entre os seres. Conforme afirma Woodcock (1975: p 25):

A vida humana só atinge sua plenitude quando inclui amor, trabalho e “comunhão social” ou justiça. Preenchidos essas condições, declara Proudhon, a vida é plena: ela é uma festa, uma canção de amor, um perpétuo entusiasmo, um infinito hino de felicidade. E não importa o momento em qual o sinal possa ser dado, o homem estará pronto, pois ele estará sempre morrendo, o que significa que está sempre vivendo.

Uma sociedade pautada nesse ideal defendido por Proudhon voltaria naturalmente aos processos naturais, materializados em uma vivência harmônica e coletiva anterior a sociedade capitalista contemporânea. Nessa sociedade não existiria a propriedade privada e nem a divisão de classes sociais, seria comandada apenas pelos princípios da união mútua.

Apesar de não ter sido o fundador do anarquismo, Proudhon é considerado como um dos mais importantes pensadores desse movimento. Suas idéias em torno de uma sociedade pautada na coletividade e na valorização do indivíduo foram de grande importância para o desenvolvimento do anarquismo e para o surgimento de um discurso em torno do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária diferente da que ele observava surgir no século XIX.

Algumas contribuições de Kropotkin para uma sociedade mutualística e federativa

Segundo Costa (1988: p. 51) Piotr Alexeyevich Kropotkin, nasceu na Rússia em 1842 e faleceu em 1921. Participou da aristocracia russa, foi um jovem educado para servir como oficial na Sibéria, onde iniciou seus estudos relacionados à geografia, e onde se posicionou contrário a situação dos indivíduos pobres e miseráveis existentes na época.

Kropotkin idealizou uma sociedade formada por muitas associações que se relacionariam entre si quando necessário, sendo essa a sua idéia de federação. Essas associações seriam desenvolvidas em todas as esferas da vida social, desde a produção até o consumo. Nessa sociedade idealizada, não haveria a necessidade de um governo, tendo em vista que os conflitos seriam eliminados ou reduzidos ao ponto de não se fazer mais necessário a intervenção estatal na manutenção da ordem social. De acordo com Kropotkin (1969: p 630):

Por outro lado, essa sociedade não será cristalizada em formas imutáveis, mas, ao contrário será um organismo vivo e em evolução. Não se sentirá qualquer necessidade de governo, porque acordos livres e federações o substituirão em todas aquelas funções que os governos atualmente consideram como suas e porque, as causas de conflito sendo reduzidas, os que ainda surgir podem ser submetidas a arbitramento.

Kropotkin também considerou o homem como um ser dotado da capacidade individual de criar e inovar perante as situações adversas, sendo que nessa nova sociedade os indivíduos teriam a total liberdade de desenvolver novas formas de produção, descentralizando a capacidade intelectual, que para ele é inerente a espécie humana.

Para Kropotkin o homem não é só um ser social por natureza, pois afirma que a inclinação para que o homem pudesse viver em sociedade emergiu a partir do momento em que ele evoluiu e se relacionou cada vez mais com os membros do seu grupo se distanciando do mundo animal. Nessa perspectiva, segundo Kropotkin, o homem é um ser social devido ao fato de ter percebido que para sobreviver necessitava de realizar tarefas em conjunto com os demais membros do seu grupo.

Elisée Reclus e sua geografia social de cunho mutualístico

Elisée Reclus, nascido na França em 1830, é considerado como um dos expoentes entre os geógrafos anarquistas, devido ao fato de ter prestado uma grande contribuição para o pensamento geográfico numa perspectiva de libertação da classe operária do sistema capitalista. Como geógrafo, utilizou as práticas anarquistas para realizar sua leitura da realidade observada na Europa nos fins do século XIX e início do século XX (ANDRADE, 1992).

Reclus foi o primeiro geógrafo a observar o caráter social dessa ciência, idealizou uma sociedade onde os indivíduos deveriam ser livres e viver com igualdade social, procurou no anarquismo as soluções para o problema da liberdade dos indivíduos em meio a uma sociedade excludente. Esse autor desenvolveu dessa forma uma leitura crítica ao capitalismo e realizou estudos sobre a precariedade dos camponeses que deixavam de produzir para seu sustento e passavam a produzir para o mercado.

Reclus realizou ainda muitos estudos sobre como se deu o processo de expropriação das terras comunitárias e como os camponeses conseguiam se organizar em associações para poder sobreviver no sistema capitalista, tendo passado a enxergar nessas associações uma forma de resistência dos camponeses no fim do século XIX e início do XX.

Andrade (1985: p. 31) faz uma abordagem do que Reclus escreveu em seu texto: “A propriedade e a exploração da terra” publicado no volume VI de “L’homme et la Terre”. Em suas considerações Andrade conta que Reclus:

Estuda o processo de exploração das terras comunitárias e a situação dos camponeses e de suas formas de associação. Dá atenção às formas de exploração das grandes e das pequenas propriedades, ao problema da circulação da produção, às relações de trabalho, incluindo a parceria, e inclui a miséria a que vai sendo relegado o camponês, quando deixa de produzir para o seu sustento e cai nos mecanismos do mercado.

Ainda nessa perspectiva Reclus atribui ao indivíduo à função de fazer surgir o progresso, porém para que isso pudesse acontecer o indivíduo teria que se aprimorar do ponto de vista social e moral, sendo que no capitalismo isso não seria possível de acontecer tendo em vista a exclusão social que afetava a classe trabalhadora.

O diferencial desse defensor do anarquismo para os demais é que em específico para a geografia ele prestou uma grande contribuição na análise da sociedade como um dos pontos altos dessa ciência, porém em se tratando da discussão voltada para o anarquismo podemos observar uma culminância entre todos os aqui discutidos, que seria o ideal de liberdade social e individual e de uma substituição do capitalismo por uma sociedade igualitária. Nesse contexto juntamente com Kropotkin esse autor vai fazer uma análise da sociedade pelo viés anarquista de cunho geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho foi possível constatar que os termos cooperação e cooperativismo, embora utilizados rotineiramente como sinônimos, são diferentes, uma vez que a cooperação é algo inerente à socialização humana no decorrer do seu processo de desenvolvimento histórico; já o cooperativismo é um movimento que surgiu com os ideais socialistas no final do século XIX, na Europa, e que tinha como meta principal possibilitar à classe operária uma sobrevivência mais digna em meio às desigualdades sociais proporcionadas pelo sistema capitalista.

Torna-se interessante ressaltar uma diferença básica observada entre o pensamento utópico, anarquista e marxista sobre o cooperativismo, visto que no pensamento utópico, apesar de muita semelhança com o anarquismo, o cooperativismo era planejado como o desenvolvimento de uma sociedade que funcionaria pautada em regras que manteriam a ordem moral dos indivíduos em sociedade que deveria funcionar de forma coletiva e perfeitamente organizada, mesmo sem o auxílio do governo. Sendo que os anarquistas não almejavam e nem concordavam com o surgimento de uma sociedade que funcionasse em perfeição, tendo em vista que segundo eles uma sociedade perfeita deixaria de evoluir, expressavam assim a ideologia

de uma sociedade livre em todos os aspectos da vida humana. No tocante a diferença conceitual existente entre o anarquismo e o marxismo no contexto do cooperativismo podemos ressaltar que os marxistas pretendiam a tomada de poder da classe dominante pela classe operária e os anarquistas eram contrários a qualquer forma de poder vigente na sociedade por eles idealizada.

Dessa forma o resgate realizado do cooperativismo a partir de diferentes perspectivas teóricas, nos proporcionou um conhecimento maior das diversas visões sobre o sentido deste fenômeno nos permitindo assim entender as contradições presentes no sistema cooperativo implantado no interior de formações sociais capitalistas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Geografia, Ciência da Sociedade**: Uma introdução á análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1990.

BOGARDUS, Emory. **Cooperação: Princípios**. São Paulo: Editora Lidador, 1964.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez / Autores associados, 1981 (*Coleção Teoria e Práticas sociais*).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTINS, Adalberto (org). **O cooperativismo no pensamento marxista**. (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao) São Paulo: CONCRAB, **Caderno das Experiências Históricas de Cooperação** No. 2., junho 2000.

MARX, K. & ENGLER, F. **Obras escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edição Avante, 1983.

NAMORANDO, R. **Cooperativismo – um horizonte possível**. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>. Acesso: 15 de dezembro de 2008.

PAGOTTO, Claudete. *COOPERAÇÃO: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista*. **Revista Espaço Acadêmico** No. 45, Fev. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm>

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente Solidária**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18ª Ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PIRES, Maria L. L. e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana Editora, 2004.

KAUTSKI, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KLAES, L. S. *Cooperativismo e Ensino à Distância*. Florianópolis, UFSC, 2005. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção.

KROPOTKIN, Peter. **Uma nova sociedade**. In: SELIGMAN, E. R. A. et al. **Economia e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

SCOPINHO, R. A. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais*. **Psicologia & Sociedade** v.19, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, João Elmo. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro**. In LOUREIRO, Ma. R.. São Paulo, Cortez/Autores Associados, p. 11-40, 1981.

WOODCOCK, George. **Anarquismo**: Uma história das idéias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM Editora Ltda, 1975.

Contato com o autor: erodat@hotmail.com

Recebido em: 02/02/2013

Aprovado em: 11/06/2013